



**Florestan – Ciro Saurius, Colagem e pastel**

## AS REVOLUÇÕES INCOMPLETAS E OS CIRCUITOS FECHADOS DO BRASIL DE FLORESTAN FERNANDES

Incomplete revolutions and closed circuits in Brazil by Florestan Fernandes

Marcelo Rosanova **FERRARO**<sup>1</sup> (Universidade de São Paulo, Brasil)

**RESUMO:** *Esse artigo analisa a trajetória intelectual de Florestan Fernandes à época da redação e publicação de A Revolução Burguesa no Brasil, assim como a composição da obra, das premissas metodológicas às construções teórico argumentativas do autor. Na encruzilhada dos tempos, a obra revela os meandros de nossa formação passada que constituíram os dilemas dos anos 1970, e se prova um clássico ao iluminar as sombras de mais um circuito que se fecha na política nacional, décadas após sua escrita.*

**PALAVRAS CHAVE:** Florestan Fernandes; Sociologia; Revolução burguesa; Ditadura militar; Pensamento social brasileiro; *Circuito Fechado*; Autocracia burguesa.

**ABSTRACT:** *This article analyses Florestan Fernandes' intellectual trajectory at the time of writing and publishing A Revolução Burguesa no Brasil, as much as the book structure, the methodological premises and the theoretical arguments from its author. Crossing times, the book reveals the past making of the 1970s dilemmas, and proves to be a classic by casting light over the shadows of another closing circuit from the national politics, decades after being written.*

**KEYWORDS:** Florestan Fernandes; sociology; Bourgeois revolution; Military dictatorship; Brazilian social thought; *Circuito Fechado*; Bourgeois autocracy

O circuito da nossa história se fechara mais uma vez quando, em 1974, Florestan Fernandes publicou *A Revolução Burguesa no Brasil*. A metáfora elétrica que acompanhou a sua obra se referia aos movimentos circulares, avanços e retrocessos de um país condenado a um eterno passado. Do colonialismo à independência negociada, da monarquia escravista à república dos fazendeiros, as forças do atraso insistiam em se fazer presentes. Cada vez que o circuito se abriu brevemente para novos caminhos, foram elas que o fecharam, fazendo das mudanças nas superfícies um método, para que tudo, ou quase tudo, se preservasse nas profundezas. Dessa vez, era o cerco dos militares que fechava as cortinas de um horizonte imaginado nos idos dos anos 1860, mergulhando-nos em mais uma página infeliz de nossa história. Mas como nos lembraria o sociólogo, no âmago das mesmas estruturas que condenavam o Brasil e a

---

<sup>1</sup> Mestre e doutorando em História Social, Universidade de São Paulo

América Latina aos seus séculos de solidão na periferia, jaziam as contradições das quais haviam de emergir, quiçá, as possibilidades de um outro futuro<sup>2</sup>.<sup>[1]</sup>

O livro coroou a trajetória de uma vida improvável, dados os circuitos cerrados da condição de classe de Florestan Fernandes na juventude. A formação e a carreira acadêmicas o alçaram às torres de marfim da intelectualidade, que sempre renegou em prol do rigor científico e da militância política. A sociologia se fez seu abrigo, e sua missão. Na interpretação crítica da formação brasileira ele encontrou sua (auto)consciência como sujeito histórico, e seu norte de ação no tempo presente. A tradição ensaísta das décadas anteriores lhe foi uma inspiração, mas era tempo de superá-la por uma ciência social regida pelo método, e capaz de diagnosticar com precisão as mazelas do país e suas origens, abrindo o caminho para sua superação. Quando Florestan Fernandes fazia escola, o tempo se fechou. Com a chegada escusa dos militares ao poder, em 1964, o golpe não tardaria a chegar à academia<sup>3</sup>.<sup>[2]</sup>

Nos primeiros anos do regime de exceção, o sociólogo ministrou cursos na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo, cujas notas se desdobraram na primeira parte do livro. A trágica virada de 1968 selou o destino de Florestan Fernandes e de tantos outros acadêmicos comprometidos com uma visão crítica do país. As páginas foram engavetadas, até que o estímulo de amigos e antigos estudantes o convenceram a retomá-las na década de 1970. Paradoxalmente, o autor de “Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica” e prócere do método nas ciências humanas brasileiras foi obrigado a se render à forma do ensaio. Eram os tempos de exceção e as condições materiais de um Brasil tomado de assalto, mais uma vez, permitiram ao sociólogo baixar a guarda, concedendo a licença poética ao intelectual engajado com as lutas que se descortinavam à sua frente. Mas não sem antes justificar-se na nota explicativa de abertura, dedicando todo o primeiro capítulo às questões teóricas e conceituais que regiam sua pena. Até mesmo a poesia de Florestan Fernandes prezava pelo método<sup>4</sup>.

É preciso que o leitor entenda que não projetava fazer obra de “Sociologia acadêmica”. Ao contrário, pretendia, na linguagem mais simples possível, resumir as principais linhas da evolução do capitalismo e da sociedade de classes no Brasil. Trata-se de um ensaio livre, que não poderia escrever se não fosse sociólogo. Mas que não põe em primeiro plano as frustrações e as esperanças de um socialista militante<sup>5</sup>

---

2 A referência aos circuitos fechados e abertos da América Latina e do Brasil está em Florestan Fernandes, *Circuito Fechado: Quatro Ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo, Globo, 2010.

3 Sobre a trajetória de Florestan Fernandes, ver Maria Arminda do Nascimento Arruda (1995), *A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’*. In: *História das Ciências Sociais no Brasil*. Sérgio Miceli (org.). São Paulo, Editora Sumaré, FAPESP, vol. 2. Maria Arminda do Nascimento Arruda, *A sociologia de Florestan Fernandes*. *Tempo social*, São Paulo, v. 22, n. 1, junho de 2010, p. 9-27.

4 Florestan Fernandes, *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967; ver ainda o prefácio de José de Souza Martins à quinta edição da obra Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. São Paulo, Globo, 2005.

5 Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. São Paulo, Globo, 2005, p. 26.

Na primeira parte da obra, intitulada “As Origens da Revolução Burguesa”, o autor esclarece as premissas que o conduzem, assim como ao leitor, pelos meandros da formação brasileira, da América portuguesa ao Império do Brasil. Na leitura de Florestan Fernandes, a colonização foi o resultado da ação de variáveis complexas e contraditórias, como Estado patrimonialista português, as redes de um incipiente mercado mundial e a montagem da economia e da sociedade da grande lavoura nas Américas. O senhor de terras e de pessoas escravizadas se converteu em um ponto nodal entre a reprodução das estruturas do Antigo Regime (na metrópole e na colônia) e a expansão do capitalismo em sua fase de acumulação primitiva. O sistema colonial transpôs a estrutura estamental de Portugal ao Brasil, onde ela foi adaptada às hierarquias entre colonos, indígenas, africanos e mestiços — em uma espécie de regime de castas. Os engenhos de açúcar e as grandes fazendas se tornaram, a um só tempo, um microcosmo aristocrático e um negócio. A produção de mercadorias transportadas para a metrópole e sua reexportação para o mercado ditaram o sentido da colonização, eminentemente econômico, subjacente às pretensões aristocráticas dos poderes dos dois lados do Atlântico. Foi no seio das contradições entre Antigo Regime, Antigo Sistema Colonial e Escravidão, orquestradas pela economia capitalista em formação, que Florestan Fernandes identificou as suas *raízes do Brasil*.

Com a independência, romperam-se as veias da economia colonial e a subordinação política externa, mas a estrutura socioeconômica da grande lavoura foi preservada, ditando os rumos da sociedade e da economia nacionais. O caráter ambíguo, contraditório e complementar dos senhores de terra (agora fazendeiros de café) se intensificou, na medida em que mantiveram a autoimagem aristocrática, ao mesmo tempo em que agora se submetiam diretamente ao mercado mundial — atando os laços com mercados consumidores e de crédito sem a intervenção da metrópole. Nas capitais, e em especial na Corte, as tramas do poder se redefiniram, sob os auspícios de um regime constitucional que reservou os princípios liberais a uma parcela limitada da população, com destaque para os senhores-cidadãos.

(...) o liberalismo adquire a qualidade e a continuidade de força política permanente, embora sua influência tópica fosse variável, por depender da constituição, do funcionamento e da evolução da sociedade civil. Douro lado, esse fato também explica como as formas de poder político, criadas através da implantação de um Estado nacional, foram assimiladas pelos estamentos senhoriais e convertidas, desse modo, em dominação estamental propriamente dita <sup>6</sup>

A tradição senhorial foi reforçada sob um regime liberal restrito, que transformou direitos em privilégios, confundindo a sociedade civil com os próprios estamentos dominantes, relegando a maior parte da população às margens do Estado, sob o domínio de fato dos fazendeiros.

As preferências pela Monarquia constitucional favoreceram essa evolução, pois canalizaram tais desdobramentos para as esferas

---

6 idem, p. 59

especificamente políticas, conferiram à dominação senhorial os quadros para ampliar-se e burocratizar-se, e mantiveram em larga margem as bases locais ou regionais do privatismo e do grau de autonomia inerentes à dominação senhorial, na forma que ela assumira na sociedade colonial. A dominação senhorial alcança, dessa maneira, as formas de poder político da sociedade “nacional” e passa a ser um dos fatores mais importantes da integração de sua ordem social. (...) Em consequência, o liberalismo se convertia em privilégio social<sup>7</sup>

Ao mesmo tempo, o comércio e as finanças se intensificaram nos espaços urbanos, gestando no seu bojo setores econômicos dinâmicos relacionados à lavoura, mas com relativa independência. E à medida que a cafeicultura avançou em direção à São Paulo, após a abolição do tráfico atlântico de africanos, as condições materiais do mercado mundial e da lavoura nacional impuseram aos novos produtores as condicionantes de novas estratégias e valores, mais alinhados com o espírito burguês. Da figura do fazendeiro de café (especialmente na São Paulo da segunda metade do século), emergiriam as contradições entre as pretensões aristocráticas e as demandas do homem de negócios, entre a tradição senhorial, as ideias liberais e a força do capital. Foi com o café que “a grande lavoura atinge o clímax de suas potencialidades econômicas. É também sob o ciclo do café que ela entra em crise, não apenas de conjuntura, mas estrutural”<sup>8</sup>.

O fazendeiro de café, de início, quase não se afasta do protótipo do senhor rural, para o qual ele tendia, como participante da aristocracia agrária. No entanto, aos poucos ele é apanhado na rede das pressões que o mercado externo exercia sobre os custos sociais da grande lavoura escravista e passa por duas transformações sucessivas, como e enquanto agente econômico. Primeiro, ele é crescentemente incentivado a operar com a riqueza fora do contexto econômico da grande lavoura. Depois, ele é forçado a renunciar ao status senhorial e a adaptar-se às funções de grande proprietário segundo determinações puramente econômicas. Essas determinações puderam ser neutralizadas ou negligenciadas enquanto a forma estamental de acumulação de capital possuía uma base material (o trabalho escravo) e um suporte social (a dominação patrimonialista no nível do domínio e da sociedade global). Todavia, à medida que a ordem social competitiva se fortalece internamente e que a grande lavoura cai de modo implacável sob os mecanismos econômicos do mercado (em suas conexões com a economia mundial), a ordem social estamental perde sua eficácia como meio de defesa e fonte de segurança. Então, da perplexidade, do pânico e da ruína, o fazendeiro evolui, rapidamente, para adaptações econômicas novas, que redundam no abandono da forma estamental de acumulação de capital e na adoção de uma fórmula alternativa, que consistia em despojar a grande propriedade dos atributos histórico-sociais do domínio. Desse modo, ela se converteu, com relativa rapidez, numa variante típica da plantação tropical moderna, associada à acumulação comercial ou financeira de capital<sup>9</sup>

---

7 idem, p. 61

8 idem, p. 131

9 idem, p. 129-130

Enquanto as contradições entre o trabalho escravo e o mercado capitalista emergiram nas crises estruturais e nas lutas sociais na lavoura, o mundo do senhor-cidadão viu eclodirem “as tensões insopitáveis do liberalismo com a dominação estamental”<sup>10</sup>. A derradeira crise da monarquia abriria, por um breve laço, o circuito da história brasileira. A convergência entre o movimento abolicionista, os republicanos radicais e a resistência nas senzalas deu o tom de uma revolução social. A chegada de imigrantes europeus também cindia frestas no edifício nacional, fossem próceres do espírito burguês ou arautos do socialismo. Assim como a independência, a abolição tomou a forma de uma negociata. Era o resultado das contradições socioeconômicas do país e da luta de abolicionistas e escravizados, mas que se travestiu de acordo branco, de cima para baixo. No apagar das luzes, mesmo os fazendeiros emperrados do Vale do Paraíba abandonaram o barco da monarquia, fazendo da república que se proclamava um significativo vazio. Esvaziado o radicalismo da década de 1880, os militares em pouco tempo cederam de volta o poder aos fazendeiros, que ditavam o movimento ambíguo de mais uma revolução conservadora. Os *senhores-cidadãos* de São Paulo assumiram a dianteira, legando os negros libertos à marginalidade, e absorvendo parcialmente os imigrantes, que renunciaram às ideias radicais da Europa, incorporando os valores da ascensão social dentro da ordem estabelecida. Mais uma vez, a sociedade brasileira experimentou a transição política dentro do eixo das estruturas.

No entanto, é mais uma vez a contradição que dirige os olhos e a pena de Florestan Fernandes. Mesmo nas imposições de cima, as sementes da revolução burguesa germinavam. Não como episódio, mas como um lento movimento nas entranhas da sociedade e da economia. O fazendeiro subvertia a república, vestindo a fantasia do coronel. Mas seu baile de máscaras reforçava, ao menos no discurso, os princípios representativos da ordem liberal. Submetidos aos auspícios dos latifundiários, trabalhadores negros, mestiços e europeus ainda sentiam, e se ressentiam, dos legados do cativo, mas sob condições análogas à escravidão ainda experimentaram a mercantilização de sua força de trabalho (e não mais de seus corpos e subjetividades), incorporando as mentalidades típicas das engrenagens do capitalismo. O fazendeiro se fazia coronel e homem de negócios, negando em parte a herança aristocrática senhorial, enquanto a escravidão se perdia na sombra do trabalhador assalariado. Nas cidades, especialmente São Paulo, o tempo do capital se fazia mais presente, adentrando subrepticamente os andares da ordem social, cada vez mais competitiva.

Na segunda parte do livro, definida como um “fragmento”, o autor esboça uma curva teórica na narrativa, revisitando os processos históricos anteriores, a fim de esboçar a conceituação das categorias sociais brasileiras durante o processo gradual e incompleto de “Formação da Ordem Social Competitiva”. Percorrendo conceitos de inspiração weberiana e marxista, Fernandes descreve a sobreposição entre estamentos e castas, assim como a emergência das classes de seu bojo. Em suma, a sociedade colonial cederia muito gradualmente, desde a independência até as décadas finais do século XIX, às forças do capitalismo, tornando-se mais elástica. A emancipação política não rompeu com as estruturas da economia colonial, especialmente o binômio “senhor-escravizado”, e nem mesmo a abolição do cativo e a proclamação da república, décadas depois, apagaram os legados da ordem escravista. A transição para o trabalho livre reformulou lentamente as relações de produção e as mentalidades de proprietários-

---

<sup>10</sup> idem, p. 61

produtores e trabalhadores, mas o processo incompleto preservou hierarquias e espoliações que extrapolavam os limites da mais-valia. Consequentemente, a república teve anulado em parte seu potencial democratizante, e enquanto o mandonismo e o paternalismo declinavam nas relações políticas no campo, as forças repressivas do Estado assumiram as vezes da manutenção da ordem nos espaços urbanos. Contudo, o processo de urbanização e de transformação da economia, assim como a capilaridade de novos valores políticos, reforçavam as contradições no seio da sociedade brasileira, dando passos, ainda que lentos, no sentido da formação de uma sociedade de classes.

O texto de Florestan Fernandes percorre idas e vindas, e os parágrafos beiram a contradição. Ledo engano do leitor, habituado à lógica formal. Assim como este artigo procura reproduzir, sem a destreza do sociólogo, é a própria realidade histórica brasileira que se contradiz a cada esquina, expressando os movimentos desiguais do capitalismo na periferia. A revolução burguesa traçava o caminho possível nos trópicos, aproximando a economia e a sociedade nacionais dos referenciais de centro, mas com uma força incapaz de subverter as hierarquias e os privilégios daqueles que reproduziam a espoliação colonial muito depois de finda a colonização. Na ausência de uma burguesia revolucionária, capaz de se fazer classe para si e para a economia de uma nação, foi o Estado o agente responsável pelos saltos da modernização à brasileira. Não a burocracia legal, mas o autoritarismo personalista.

A terceira e última parte da obra, intitulada “Revolução Burguesa e Capitalismo Dependente”, coroa a narrativa de Florestan Fernandes, que descreveu os capítulos finais como sua maior contribuição, teórica e política, ao país que ele se dedicou a compreender. Em sua abertura, o autor descreve o capitalismo como um sistema de relações de produção e de troca que, uma vez absorvido por (ou imposto a) uma determinada sociedade, desenvolve uma ordem social competitiva, diluindo progressiva ou subitamente as condicionantes da estratificação social preexistentes, e dando origem a uma sociedade de classes. A peculiaridade das sociedades nacionais dependentes, como o Brasil após a sua independência, seria que “o capitalismo é introduzido antes da constituição da ordem social competitiva” e “se defronta com as estruturas econômicas, sociais e políticas elaboradas sob o regime colonial, apenas parcial e superficialmente ajustadas aos padrões capitalistas da vida econômica” 11.

Essas considerações sugerem duas coisas. Primeiro, a ordem social escravocrata e senhorial não se abriu facilmente aos requisitos econômicos, sociais, culturais e jurídico-políticos do capitalismo (...). Segundo, a emergência e o desenvolvimento da ordem social competitiva ocorreram paulatinamente, à medida que a desintegração da ordem social escravocrata e senhorial forneceu pontos de partida realmente consistentes para a reorganização das relações de produção e de mercado em bases genuinamente capitalistas. Sob esse aspecto, nem sempre as dificuldades à expansão interna do capitalismo procederam sempre da “resistência à mudança” por parte dos estamentos senhoriais. É a própria situação “periférica” e “marginal” das economias capitalistas dependentes de origem colonial que explica tal fenômeno, com seus reflexos estruturais e dinâmicos sobre a ordem social competitiva correspondente 12

---

11 idem, p. 179-181

12 idem, p. 179-181

O quinto capítulo permitiu o enlace entre as premissas teóricas que abriram a obra e a narrativa factual-estrutural da formação brasileira. Com maior precisão e clareza do que antes, Florestan Fernandes define o que entende pela Revolução Burguesa no país. Na ausência de um levante político à francesa, ou de uma transformação econômica comparável à industrialização inglesa, o sociólogo não se referiu a um episódio histórico na obra. Seu objeto era o fenômeno estrutural que deu origem a novas formas de organização do poder no país, mas cujo processo foi marcado pela lentidão e pela incompletude, que ditaram a coexistência de tempos, instituições e mentalidades no Brasil do século XX.

Na acepção que tomamos o conceito, Revolução Burguesa denomina um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial. Há, porém, um ponto de partida e um ponto de chegada, e é extremamente difícil localizar-se o momento em que essa revolução alcança um patamar histórico irreversível, de plena maturidade e, ao mesmo tempo, de consolidação do poder burguês e da dominação burguesa. A situação brasileira do fim do Império e do começo da República, por exemplo, contém somente os germes desse poder e dessa dominação. O que muitos autores chamam, com extrema impropriedade, de crise do poder oligárquico não é propriamente um “colapso”, mas o início de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas do poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa. Essa recomposição marca o início da modernidade, no Brasil, e praticamente separa (com um quarto de século de atraso, quanto às datas de referência que os historiadores gostam de empregar — a Abolição, a Proclamação da República e as inquietações da década de 1920) a “era senhorial” (ou o antigo regime) da “era burguesa” (ou a sociedade de classes) 13

Nas páginas subsequentes, Florestan Fernandes percorreu as transformações do capitalismo no tempo e no espaço, a partir do prisma da experiência latino-americana (e especialmente brasileira), desde a emergência do mercado moderno (e da fase de acumulação primitiva que regeu o Antigo Sistema Colonial), até as fases competitiva/concorrencial e monopolista. Destilando a um só tempo erudição teórica e criatividade, ele revisitou os debates clássicos da economia e do marxismo à luz da periferia, descrevendo os paradoxos do desenvolvimento econômico e social da América Latina, onde se retroalimentavam as forças revolucionárias do mercado e as estruturas preexistentes. Não eram signos do atraso, ou da marginalidade em relação ao coração do mundo moderno, mas expressões próprias do capitalismo dependente na periferia. A posição estrutural do Brasil seria tão responsável quanto as oligarquias e a burguesia ascendente pelos compromissos políticos que restringiam o capitalismo e o liberalismo de implementarem plenamente a formação de uma ordem social competitiva e de um regime democrático.

---

13 idem, p. 239

(...) o clímax industrial da Revolução Burguesa traz consigo o fortalecimento do poder burguês e da dominação burguesa. Mas, ao preço das transformações estruturais da economia capitalista e da organização da sociedade de classes que, a médio e a longo prazos, terão de minar extensa e profundamente o monopólio do poder econômico, social e político da burguesia. Ao se alterar estrutural e dinamicamente a economia capitalista, inevitavelmente, inter-relaciona as mudanças ocorridas ou em processo. No caso brasileiro, o que aparece, de uma perspectiva sociológica, não deixa de ser paradoxal. No momento mesmo em que instaura o seu poder de dominação e de controle do Estado segundo padrões autocráticos, a burguesia se defronta com efeitos ou com exigências de desenvolvimento capitalista que afetam as bases de seu poder real como classe 14

No entanto, mesmo sob o Estado autocrático, as contradições da ordem burguesa na periferia conteriam em si os germens da mudança. Em meio aos diagnósticos circulares, que teriam levado o Brasil da colônia ao regime militar, Florestan Fernandes esboçou um raro otimismo ao vislumbrar os possíveis desdobramentos futuros.

Se até hoje ela teve a liberdade de voltar as costas aos interesses e às necessidades da nação como um todo e às pressões “de baixo para cima” das classes baixas, é presumível que, de agora em diante, ela terá de ser crescentemente “mais responsável” e “menos livre” de agir arbitrariamente. Todavia, se essa situação estrutural e histórica vai abrir caminho: ou para um autêntico “nacionalismo burguês” e para uma genuína “democracia burguesa”; ou para uma “revolução dentro da ordem” pró-capitalista mas antiprivatista e antiimperialista; ou finalmente, para uma “revolução contra a ordem”, definitivamente antiburguesa — é algo que só a evolução futura nos dirá 15

O parágrafo foi a deixa para que o autor arrematasse, em seu capítulo final, a definição e descrição do “modelo autocrático-burguês de transformação capitalista”, conciliando, mais uma vez, a rigorosa metodologia de análise com os prospectos do militante político. O derradeiro dilema de Florestan Fernandes remetia ao seu tempo presente, atendendo à inquietante questão sobre o desencontro entre a democracia burguesa e a América Latina, cujos circuitos haviam sido novamente fechados pelo cerco dos militares. A questão final que dirige suas palavras remete à “relação entre transformação capitalista e dominação burguesa nos países periféricos de economia capitalista dependente e subdesenvolvida”. Eram as condições subjacentes à periferia colonial e depois independente que ditavam os termos de uma Revolução burguesa eminentemente política, e não social.

Tanto as burguesias nacionais da periferia quanto as burguesias das nações capitalistas centrais e hegemônicas possuem interesses e orientações que vão noutra direção. Elas querem: manter a ordem burguesa, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle

---

14 idem, p. 334

15 idem, p. 334

burguês sobre o Estado nacional deteriore. Semelhante reciprocidade de interesses e de orientações faz com que o caráter político do capitalismo dependente tenha duas faces, na verdade interdependentes. E, ainda, com que a Revolução Burguesa “atrasada”, da periferia, seja fortalecida por dinamismos especiais do capitalismo mundial e leve, de modo quase sistemático e universal, a ações políticas de classe profundamente reacionárias, pelas quais se revela a essência autocrática da dominação burguesa e sua propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe 16

Em outros termos, enquanto as burguesias centrais se formaram no bojo das mudanças socioeconômicas e lideraram revoluções políticas, as burguesias periféricas amadureceriam tardiamente, na transição para o capitalismo monopolista. Dessa forma, as burguesias nacionais na periferia abdicam de seu papel revolucionário, cedendo aos auspícios do imperialismo, impondo às camadas não burguesas uma dupla espoliação (em prol da burguesia nacional e do capital externo), negando-lhes os benefícios da ordem burguesa democrática. A autocracia burguesa no Brasil era o resultado tanto da inserção periférica do Brasil no capitalismo, quanto das escolhas políticas da burguesia nacional, que preferia manter seus privilégios a ameaçar os interesses externos ou a estender os direitos aos subalternos. O resultado era a formação de uma ordem social competitiva (ou sociedade de classes) ajustada ao “capitalismo dependente e às sequelas do desenvolvimento desigual interno ou da dominação imperialista externa”

Ela é uma ordem social competitiva que só se abre para os que se classificam positivamente em relação a ela; e que só é competitiva entre os que se classificam positivamente, para as classes possuidoras, ou seja, para os ricos e poderosos. O que é pior, no plano histórico essa ordem social e competitiva só se preserva e se altera graças ao enlace da dominação e do poder das classes possuidoras com a neutralização ou a exclusão das demais classes que ou só se classificam negativamente em relação a ela (e permanecem inertes), ou se classificam positivamente, mas não podem competir livremente dentro dela (e permanecem tuteladas) 17

Apenas as estruturas de Estado conteriam seus efeitos desagregadores do capitalismo sobre a hierarquia de classe — não na forma ideológica da democracia burguesa, mas na plenitude bruta de uma democracia restrita, ou de uma ditadura de classe. O capitalismo dependente gestaria na periferia um Estado nacional sincrético, que lembra o sistema representativo, democrático e pluralista dos países centrais, mas “constitui a expressão acabada de uma oligarquia perfeita, que se objetiva tanto em termos paternalistas-tradicionais quanto em termos autoritários e modernos”, e que nas formas de coação e repressão institucionaliza a violência de forma assemelhada ao fascismo<sup>18</sup>. O mesmo Estado que garante as liberdades e direitos da burguesia, lhe permite ditar os ritmos e alcances da Revolução Burguesa.

---

16 idem, p. 343

17 idem, p. 385

18 idem, p. 406

Sem o controle absoluto do poder, que as classes burguesas podem tirar da constituição desse Estado, seria inconcebível pensar-se como elas conseguem apropriar-se, com tamanha segurança, da enorme parte que lhes cabe no excedente econômico nacional; ou, ainda, como elas logram dissociar, quase a seu bel-prazer, democracia, desenvolvimento capitalista e revolução nacional<sup>19</sup>

Eram essas as condições históricas que explicariam a guinada autoritária de 1964 no Brasil, tanto pela ação consciente da burguesia nacional, com apoio dos militares, quanto pelo contexto do capitalismo global (e dependente no país) ameaçado pelo avanço do socialismo. No fechar do circuito, mais uma vez, Florestan Fernandes enxergava um horizonte entreaberto. Mais uma vez, o sociólogo encontra na síntese histórica o gérmen da contradição e, recuperando a dialética hegeliana, arrebatava:

Não obstante, esse encadeamento liga entre si o senhor e o escravo, fazendo com que o destino daquele se realize através desse. Mesmo para ganhar maior liberdade histórica ou maior espaço político, como e enquanto burguesia, as classes e os estratos de classe burgueses têm de procurar fora de suas fronteiras pontos de apoio materiais e políticos, que transferem para as classes operárias e excluídas, em última instância, os dinamismos mais profundos da ordem social competitiva<sup>20</sup>

O diagnóstico das contradições do milagre econômico e do avanço do capitalismo dependente no Brasil abria uma encruzilhada de possibilidades, na medida em que o aprofundamento da ordem social competitiva no país abalava as estruturas da autocracia burguesa.

Dentro da lógica dessas constatações, cabe perfeitamente admitir que as classes burguesas, apesar de tudo, levaram água demais ao moinho e que acabarão submergindo no processo político que desencadearam, ao associar a aceleração do desenvolvimento capitalista com a autocratização da ordem social competitiva. No contexto histórico de relações e conflitos de classes que está emergindo, tanto o Estado autocrático poderá servir de peão para o advento de um autêntico capitalismo de Estado, *stricto sensu*, quanto o represamento sistemático das pressões e das tensões antiburguesas poderá precipitar a desagregação revolucionária da ordem e a eclosão do socialismo. Em um caso, como no outro, o modelo autocrático-burguês de transformação capitalista estará condenado a uma duração relativamente curta. Sintoma e efeito de uma crise muito mais ampla e profunda, ele não poderá sobrepor-se a ela e sobreviver à sua solução<sup>21</sup>

---

19 *idem*, p. 408

20 *idem*, p. 385

21 *idem*, p. 424

No arremate da obra, mais uma vez, o rigoroso sociólogo concedeu a licença poética ao militante político, que fazia do diagnóstico pessimista de toda uma obra a pré-condição para a compreensão das possibilidades do tempo presente, e dos caminhos abertos para uma ação futura transformadora. Com a redemocratização, na década de 1980, o militante tomou a cena, buscando confirmar na ação política o prognóstico relativamente otimista com o qual concluiu sua obra. Enquanto o país ainda tropeçava nos anos 1990, ele viveu o desgosto pessoal de testemunhar os conchavos políticos que regeram a Nova República, inclusive com a conivência e a participação de seus seguidores. O sacrifício de toda uma vida dedicada a entender o Brasil se encerrou na coerência teimosa que carregou até o túmulo, em 1995.

A despeito dos avanços sociais dos governos que sucederam sua morte, as negociatas do poder certamente lhe trariam o desgosto de ver confirmados alguns de seus tristes diagnósticos. Ao prefaciá-lo a quinta edição do livro, em 2005, José de Souza Martins relembrou que os bons livros das ciências sociais são aqueles que mantêm a sua atualidade ao longo do tempo, e ainda melhores são aqueles que o tempo atualiza, à “medida que a história transcorre a análise neles contida se confirma, quase como uma confirmação laboratorial do acerto de descobertas e interpretações”. Quinze anos depois, em pleno centenário do nascimento de Florestan Fernandes, o país parece caminhar pelas páginas de sua obra, de trás para frente. Dos prognósticos abertos do capítulo final às raízes secas, mas ainda firmes, de nosso passado. Martins se ressentia dos tempos em que nem mesmo um mandato à esquerda escapava dessa “trama que nos ata ao enredo da permanência”. Em nossos dias, o próprio mandatário encarna, orgulhosamente, as forças do nosso atraso.

No entanto, Florestan Fernandes nos lega mais do que o exemplo de vida e a obra. Não são apenas a resiliência e a insistência que demonstrou durante a ditadura militar que nos ditam o tom e a forma da ação sobre o nosso presente. Mesmo por entre as cortinas fechadas de um outro tempo, o sociólogo encontrou nas contradições das forças hegemônicas o germen da mudança.

O circuito fechado consiste em uma equação metafórica de um dos ângulos fechados da situação que prevalece graças aos tempos retardados da revolução burguesa. A história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se com as classes em conflitos, que “fecham” e “abrem” os circuitos da história. A América Latina conheceu longos períodos de circuito fechado e curtos momentos de circuito aberto. No entanto, o modo pelo qual se dão as coisas, nos dias que correm, revela que “o impasse de nossa era” não consiste mais no caráter perene da repressão e da opressão. Os que reprimem e oprimem, nestes dias, lutam para impedir o curto-circuito final, que para eles vem a ser o desaparecimento de um estado antagônico à Nação e ao Povo, ou seja, um Estado que, como todo Estado elitista, tem sempre de “fechar a história” para os que não estão no poder. Nesse sentido, vivemos a pior fase da transição, aquela na qual a autodefesa do privilégio pela violência sistemática, organizada, institucionalizada e “legitimada” através do poder concentrado do Estado, dá a impressão que o “passado é perene” e que tenderá a reproduzir-se. Pura ilusão. A virulência do processo não indica uma história em crescendo mas uma história em declínio. Enfim, a proximidade do ponto morto do clímax de uma crise que poderá durar ainda algumas décadas, mas como o “começo de uma

Quando mais uma vez o circuito se fecha, ou aparenta se fechar, as palavras de Florestan nos acalentam no caminhar em espiral de nossa história. São tempos de relembrar as raízes do Brasil, e os clássicos, escorados nos ombros dos gigantes que nos antecederam. Seguindo seus passos, é preciso enxergar nas contradições e crises do tempo presente a encruzilhada possível de uma nova era.

### **Referências bibliográficas:**

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento (1995). A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’. In: *História das Ciências Sociais no Brasil*. Sérgio Miceli (org.). São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, vol. 2.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A sociologia de Florestan Fernandes. In: *Tempo social*, São Paulo, v. 22, n. 1, junho de 2010, p. 9-27.

FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado: Quatro Ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Globo, 2010.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. São Paulo: Globo, 2005.

---

22 Fernandes, Florestan. *Circuito Fechado: Quatro Ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Globo, 2010, p. 31